



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**ADRIANA MOREIRA MARINHO**

## **O PODER JUDICIÁRIO E O CONTROLE DO TRÁFICO DE ANIMAIS**

Brasília  
2010

**ADRIANA MOREIRA MARINHO**

## **O PODER JUDICIÁRIO E O CONTROLE DO TRÁFICO DE ANIMAIS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo Contemporâneo – Turma STJ.

Orientadora: Mestre Luciana de Paiva Luquez

Brasília  
2010

**ADRIANA MOREIRA MARINHO**

## **O PODER JUDICIÁRIO E O CONTROLE DO TRÁFICO DE ANIMAIS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo Contemporâneo – Turma STJ.

Orientadora: Mestre Luciana de Paiva Luquez

Brasília, 9 de dezembro de 2010.

### **Banca Examinadora**

---

Prof. Msc. Luciana de Paiva Luquez

---

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

---

Prof. Leandro Soares Nunes

*Dedico este trabalho:*

*A DEUS, por sua infinita generosidade.*

*Aos meus PAIS, meus melhores amigos. Sem o seu apoio, a caminhada seria mais árdua.*

*A ROGÉRIO, como esposo, como amigo, sempre presente, sempre incentivando, sempre ajudando com carinho e amor.*

*Aos meus filhos, FELIPE E ISADORA, bênçãos de Deus na minha vida.*

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre o Poder Judiciário e o controle do tráfico de animais pretendendo avaliar a doutrina e jurisprudência sobre esse tema. O objetivo deste trabalho é destacar qual o papel dos tribunais brasileiros na política de proteção ao meio ambiente, sobretudo no que se refere ao combate às práticas que submetam os animais à crueldade, principalmente em relação aos que são comercializados ilegalmente, por meio do tráfico de animais silvestres. Da análise da doutrina e da jurisprudência acerca do problema é possível concluir ser possível atuar de modo eficaz para combater o comércio ilegal de animais. O Judiciário - conforme visto na discussão sobre doutrina e jurisprudência acerca do judiciário e o controle do tráfico de animais - está assumindo cada vez mais a proposta constitucional e infraconstitucional de proteção jurídica à fauna brasileira.

**Palavras-chave:** Tráfico de animais silvestres. Crimes contra a fauna. Direito Ambiental.

## ABSTRACT

The following work is about the Judiciary Power and the control of animal trade with the intent to evaluate the doctrine and jurisprudence in regards to this theme. The purpose of this work is to bring to evidence the role the Brazilian courts have in light of the policy of environmental protection, especially in regards to the combat of cruelty which animals are submitted to, especially those suffered by animals that are sold illegally, by means of illicit trade of sylvan animals. As we analyze the doctrine and jurisprudence related to this problem, it is possible to conclude a possible form of action to effectively combat illegal buying and selling of wildlife. The Judiciary power, as seen in the discussion about the doctrine and jurisprudence in regards to the judiciary and the control of the illicit sale of animals, is progressively taking on the constitutional and infra constitutional proposal of judicial protection of Brazilian wildlife.

**Key words:** Sylvan animal trade. Crimes against wildlife. Environmental rights.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 DOCTRINA.....</b>	<b>9</b>
1.1 Conceito legal de fauna .....	9
1.2 Tráfico de animais silvestres .....	11
<b>2 LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
2.1 Constituição Federal de 1988.....	19
2.2 Lei 9.605/1998.....	20
2.3 Decreto nº 6.514/2008.....	24
<b>3 CONTROLE DE TRÁFICO DE ANIMAIS.....</b>	<b>25</b>
3.1 Controle administrativo .....	25
3.2 Ministério Público.....	28
3.3 Papel do Judiciário .....	30
3.3.1 Competência.....	30
3.3.2 Princípio da Insignificância .....	34
3.3.3 A Jurisprudência e o tráfico de animais .....	37
3.3.3.1 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	38
3.3.3.2 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	38
3.3.3.3 Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais .....	40
3.3.3.4 Responsabilização Penal e Administrativa .....	42
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>





## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país detentor de um patrimônio natural riquíssimo. O território brasileiro abriga inúmeras espécies, nos seus diversos biomas naturais, o que o torna alvo da prática do comércio ilegal de animais. Esse crime movimenta um mercado que cresce a cada dia e é apontado como um dos graves problemas ambientais da atualidade.

O tráfico de animais movimenta cerca de 40 milhões de dólares por ano no Brasil, sendo responsável pelo desaparecimento de cerca de 12 milhões de animais das florestas brasileiras por ano. O tráfico de animais é crime previsto na Lei de Crimes Ambientais, entretanto a dificuldade para a fiscalização, a falta de verbas e número reduzido de agentes fiscalizadores, e, sobretudo, o descaso das autoridades que priorizam as questões econômicas em detrimento da preservação da fauna, tornam-na de difícil cumprimento.<sup>1</sup>

Uma das conseqüências do tráfico é o desequilíbrio dos biomas naturais provocado pela extinção das espécies. Outro fato é a crueldade e os maus tratos dos quais os animais são vítimas e a relação deste comércio ilegal, que para muitos é de menor potencial ofensivo, com outros crimes.

A grande extensão territorial do país e uma fiscalização ineficiente são fatores que facilitam a ocorrência de tráfico de animais no Brasil. Vale lembrar o aspecto cultural desse crime, pois a grande maioria da população se mostra indiferente com a prática do comércio ilegal de animais.

A pesquisa se justifica pela necessidade de explicitar de que maneira o judiciário atua sobre o problema de controle do tráfico de animais.

---

<sup>1</sup> DIAS, Edna Cardozo; CALHAU, **Lélio Braga. Tráfico de Animais**. Disponível em: <<http://www.novacriminologia.com.br/artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=1593>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

Para o desembargador Vladimir Passos de Freitas, o conceito de que as leis ambientais são rígidas no Brasil é um mito. Segundo ele "As penas são baixas, algumas demais, diria que é uma impunidade total, como no caso do tráfico internacional de animais, para o qual a pena é de um ano, baixíssima", considerou. Além disso, o processo pode ser suspenso por meio de uma transação em que o réu assume o compromisso de reparar o dano praticado ao meio ambiente. "Mas se ele não cumprir não acontece praticamente nada, é o ponto fraco da lei", apontou.<sup>2</sup>

A metodologia usada é de revisão bibliográfica com uma visão crítica sobre o tema, sendo que "estudar criticamente, conforme a metodologia científica, significa saber separar o essencial do acidental, o importante do secundário, enfim, consiste na busca da metodologia adequada e da redefinição do objeto do próprio direito, reconhecendo a sua complexidade".<sup>3</sup>

Além de avaliar a doutrina e jurisprudência acerca do judiciário e o controle do tráfico de animais o presente trabalho pretende destacar o papel dos tribunais brasileiros na política de proteção ao meio ambiente, sobretudo em relação ao comércio ilegal de animais.

A estruturação do trabalho se dá em dois capítulos. O Capítulo I explicita a doutrina acerca do problema de controle do tráfico de animais. É apresentada uma breve contextualização do problema do tráfico de animais silvestres no Brasil apontando quais as principais dificuldades, problemas e soluções para seu combate.

O Capítulo II avalia a situação do controle do tráfico de animais e trata do papel do judiciário em relação ao controle do tráfico de animais.

---

<sup>2</sup> ECHEVENGUÁ, Ana Candida. **Varas especializadas em direito ambiental: decisões favoráveis ao meio ambiente?** Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=295&idAreaSel=13&seeArt=yes>>. Acesso em: 20 set. 2010.

<sup>3</sup> LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros.. **Direito ambiental contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2004

## 1 DOUTRINA

### 1.1 Conceito legal de fauna

Celso Antonio Pacheco Fiorillo, afirma que “a Constituição Federal, ao prescrever a incumbência do Poder Público e da coletividade de proteger a fauna, fez de forma ampla, não restringindo a tutela à fauna silvestre somente.”<sup>4</sup>

Da leitura do artigo 225, § 1º, inciso VII percebe-se que esse dispositivo não utilizou nenhuma classificação para fauna, ou seja, a proteção constitucional é ampla, abrangendo todas as espécies animais. Esse artigo dispõe que cabe Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”

Os crimes contra a fauna estão previstos nos arts. 29 a 35 da Lei 9.605/98, sendo que para a aplicação desse dispositivo penal, deve-se destacar o conceito de animal silvestre, nativo ou em rota migratória, elencado no parágrafo terceiro art. 29, da Lei 9.605/98.<sup>5</sup>

Nesse ponto, cumpre salientar que, ao utilizar a expressão “e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro”, o legislador não incluiu os animais importados que não se adaptaram ou se reproduziram livre do cativeiro, pois

---

<sup>4</sup> FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003. p.94.

<sup>5</sup> STIFELMAN, Anelise Grehs. Alguns **Aspectos sobre a Fauna Silvestre na Lei dos Crimes Ambientais. Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Viamão** – RS 2002. Disponível em: <[http://www.amprs.org.br/arquivos/comunicacao\\_noticia/anelise1.pdf](http://www.amprs.org.br/arquivos/comunicacao_noticia/anelise1.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2010.

a liberdade do animal é fundamental para a caracterização deste como silvestre. Outro ponto a ser lembrado é o elemento normativo do tipo “sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”, pois a caracterização do delito depende da existência ou não de um ato de natureza administrativa previsto em legislação específica.<sup>6</sup>

Podemos anotar o entendimento de outros doutrinadores:

Para Paulo Affonso Leme Machado, fauna é “o conjunto de espécies animais de um determinado país ou região.”<sup>7</sup> Édis Milaré, leciona “entende-se ordinariamente por fauna o conjunto dos animais que vivem numa determinada região, ambiente ou período geológico”<sup>8</sup>, ou seja, para esse autor o termo fauna abrange os mamíferos, as aves, os peixes, os anfíbios, os répteis e os insetos.

Segundo o Professor Heron Santana a fauna silvestre pode ser classificada em: a) nativa, quando originária da região encontrada; b) exótica, quando se encontra em área da qual não é originária; c) migratória, quando apesar de pertencer a uma região ou d) domesticada, quando apesar de silvestre consegue sobreviver no meio ambiente do homem.<sup>9</sup>

O conceito de fauna tem arcabouço legal no artigo 1.º da Lei 5197/67:

**Art. 1º.** Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

---

<sup>6</sup> STIFELMAN, op. cit.

<sup>7</sup> MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 728.

<sup>8</sup> MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 311.

<sup>9</sup> SANTANA, Heron José de. **Os Crimes contra a Fauna e a Filosofia Jurídica Ambiental**. Anais do 6º Congresso Internacional do Meio Ambiente, São Paulo, 2002.

Posteriormente esse artigo modificado pelo § 3.º do art. 29 da Lei 9605/98 que assim dispõe:

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

Para Antunes a definição normativa de animais silvestres estabelecida na Lei 9.605/98 não está de acordo com o rigor científico. Segundo ele, a lei, erroneamente, definiu que todos os animais que tenham o seu ciclo de vida ocorrendo no território nacional, isto é, todos os animais existentes no Brasil, para os efeitos da lei, são considerados silvestres.<sup>10</sup>

Para o referido autor a correta aplicação do tipo legal deverá ser realizada pela harmonização entre os termos da Lei 5.197/67 e aqueles da Lei 9.605/98.

Com a edição dos decretos nº 6.514/2008 e nº 6.686/2008 a redação legal de fauna silvestre é a aquela do artigo 24 parágrafo 7º:

§ 7º São espécimes da fauna silvestre, para os efeitos deste Decreto, todos os organismos incluídos no reino animal, pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras não exóticas, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo original de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras. ([Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008](#)).

## 1.2 Tráfico de animais silvestres

Os dados referentes ao tráfico de animais foram organizados em dois documentos. O primeiro é o Relatório Nacional sobre o tráfico de fauna silvestre produzidos pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – RENCTAS. O segundo é o relatório elaborado pela Comissão Parlamentar de

<sup>10</sup> ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileira - CPITRAFI.

No relatório da RENTAS foram observados os principais dados e características do tráfico de animais silvestres no Brasil. No relatório da CPITRAFI foram verificados as principais dificuldades e problemas, bem como possíveis soluções, no combate do tráfico de animais silvestres. Maiores detalhes sobre a CPITRAFI serão estudados no segundo capítulo deste trabalho.

A RENTAS produziu, em 2001, o primeiro Relatório Nacional sobre o Comércio ilegal da Fauna Silvestre. Naquela época, não existiam dados oficiais sobre o tráfico de animais. Esse relatório classifica o tráfico de animais que ocorre no Brasil em quatro tipos. O primeiro, o tráfico de animais para colecionadores particulares e zoológicos, prioriza as espécies ameaçadas de extinção. O segundo tipo tráfico, o relativo a animais para fins científicos (biopirataria), envolve uma série de espécies fornecedoras de substâncias químicas para a pesquisa e produção de medicamentos. O terceiro tipo de tráfico refere-se aos animais para pet shops, e abarca um grande número de espécies da fauna brasileira. E o quarto tipo refere-se ao comércio de produtos de fauna que são muito utilizados para fabricar adornos e artesanatos.<sup>11</sup>

A expressão “tráfico de animais” normalmente está associada ao transporte ou à manutenção em cativeiro, sendo atividades ilegais, pois tais espécimes não têm origem legal ou o transporte não está autorizado, ou simplesmente porque,

---

<sup>11</sup> RENTAS (ONG) - Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. **1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Faunas Silvestres, com a colaboração do IBAMA, da Polícia Florestal, da Polícia Federal, das Secretarias do Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente.** 2001. Disponível em: <<http://www.rentas.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2010.

o que é mais comum [...] tanto a origem como o transporte não estão autorizados pela autoridade competente”.<sup>12</sup>

O tráfico de animais não é um problema isolado e tampouco exclusivo do Brasil. De acordo com a INTERPOL a atividade de tráfico de animais está ligada ao comércio ilegal de pedras preciosas, de álcool, de drogas e de armas, sendo que em alguns casos foram localizados pacotes de armas em animais vivos! “O IBAMA calcula que 30% dos animais capturados estejam sendo exportados para a América do Norte, Europa e Ásia Grande número é exportado pela fronteira de países vizinhos, como Uruguai, Paraguai e Argentina” local onde ganham documentação falsa para continuar a viagem.<sup>13</sup>

Pelas informações reunidas pela RENCITAS, sobretudo a partir de informações do IBAMA coletadas em operações de campo pode-se afirmar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste detêm as principais áreas de captura e, também, pequenos e médios mercados. A região Sudeste age como grande consumidora e promotora do tráfico nacional e internacional.<sup>14</sup>

Em geral os animais são muito machucados na captura e depois estão sujeitos às agressões do transporte impróprio, sendo que eles “costumam sofrer fissuras ósseas quando capturadas, que acabam por se transformar em fraturas

---

<sup>12</sup> SP. **Tráfico de Animais da Fauna Silvestre Nacional**. Governo do Estado de São Paulo Secretaria Estadual do Meio Ambiente Polícia Militar Ambiental. 2006. Disponível em [http://www.pea.org.br/educativo/relatorio\\_policia\\_ambiental.pdf](http://www.pea.org.br/educativo/relatorio_policia_ambiental.pdf) Acesso em: jul. 2010.

<sup>13</sup> DIAS; CALHAU, op cit.

<sup>14</sup> Palestra proferida pelo Sr. Deputado Sarney Filho no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados sobre a CPITRAF, em 07 de agosto de 2003. Disponível em <http://www.sarneyfilho4321.com.br/noticiasxmda-campanhaxm/item/691-cpitraf-tr%C3%A1fico-de-animais-e-plantas-silvestres>>. Acesso em: 4 set. 2010.

expostas. As feiras de animais contribuem bastante para o tráfico. Lá se compram jacarés, onça pintadas e filhotes de leão”.<sup>15</sup>

Dentre os animais comercializados a aves são as que mais sofrem com o comércio ilícito. Com base nos dados de animais apreendidos, é possível verificar quais são as espécies mais traficadas no Brasil. Pelos dados constantes no relatório da RENCTAS e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - conclui-se que as espécies mais comercializadas são as aves, seguidos dos répteis e mamíferos.

Segundo o Relatório final da CPITRAFI, que investigou o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras, o tráfico de animais e plantas movimenta anualmente US\$ 1 bilhão no país, só ficando atrás do tráfico de armas e de drogas. Os parlamentares dividiram as investigações em três vertentes:

- (a) tráfico de animais silvestres;
- (b) exploração e comércio ilegal de madeira; e
- (c) biopirataria.

Foram ouvidas 122 pessoas entre policiais, técnicos de órgãos governamentais, profissionais do terceiro setor e pesquisadores de universidades e institutos.[...] Ao tomar como tarefa "apurar irregularidades no tráfico de plantas e animais silvestres da flora e fauna brasileiras, entre Estados da Federação e para o exterior", a CPITRAFI passou a ter que investigar e analisar problemas extremamente complexos não apenas em termos de infrações penais e administrativas, como também em termos de políticas públicas e legislação.<sup>16</sup>

Alguns problemas foram bastante enfatizados durante os trabalhos da CPITRAFI. Merecem destaque:

---

<sup>15</sup> STIFELMAN, op. cit.

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://www.renctas.org.br/files/rel\\_fin\\_cpitrafi\\_01\\_doc](http://www.renctas.org.br/files/rel_fin_cpitrafi_01_doc)>. Acesso em: 15 out. 2010.



- o uso de crianças na comercialização em feiras, a fim de evitar prisões;
- a venda de animais via Internet;
- a inexistência de locais adequados para destinação de animais apreendidos pelas atividades de fiscalização; e
- as variadas irregularidades relacionadas aos criadouros de animais silvestres (falta de registro, animais fora do sistema de controle, etc.).

A estrutura social do tráfico foi um aspecto abordado pelo em vários depoimentos prestados a CPITRAFI: “os coletores de animais, os primeiros elos da cadeia, são pessoas muito pobres, como ribeirinhos na Amazônia, lavradores, pequenos proprietários rurais, desempregados, etc. Nas principais áreas de captura das espécies mais procuradas pelo tráfico, situadas na sua maioria nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, verificam-se graves problemas sociais relacionados à inexistência ou insignificância das atividades produtivas.”<sup>17</sup>

Para agravar a situação, os traficantes estão usando a internet para anunciar os animais e concretizar seus negócios. “Procuram disfarçar o crime tomando a precaução de denominar os animais oferecidos como exóticos, cuja venda não é proibida, mas apenas regulamentada, no Brasil.”<sup>18</sup>

A RENTAS verificou a presença de 4.982 anúncios a respeito de vendas de animais, sendo que a “maior incidência nos sites é de aves de rapina e répteis,

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.sarneyfilho4321.com.br/noticiasxmda-campanhaxm/item/691-cpitraf-tr%C3%A1fico-de-animais-e-plantas-silvestres>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

<sup>18</sup>DIAS; CALHAU, op. cit.

cotados a um preço que varia de U\$ 150 a U\$ 200 a unidade. Lamentavelmente não existe no Brasil uma legislação para punir crimes na rede mundial”.<sup>19</sup>

As consequências para o meio ambiente do tráfico de animais pode ser assim elencadas<sup>20</sup>:

1) Sanitárias / Saúde

- Dezenas de doenças podem ser transmitidas dos animais para os seres humanos. Os animais traficados poderão ser portadores de agentes infecciosos dentro das residências.

2) Econômica / Social

- O comércio ilegal de animais movimenta fortunas e não contribui de nenhuma maneira para os cofres públicos.
- A fauna silvestre faz parte da cadeia alimentar e como tal atua no controle de pragas. O desequilíbrio das relações entre os animais pode provocar prejuízos às lavouras brasileiras elevando os custos e tempo gastos no combate às pragas com métodos artificiais como inseticidas e outros.
- A fauna também é um recurso utilizado no turismo ecológico, que movimenta mundialmente bilhões de dólares a cada ano. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, só a região Amazônica tem potencial turístico que pode render 13 bilhões de dólares por ano.

---

<sup>19</sup> STIFELMAN, op. cit.

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.renctas.org.br/files/rel\\_fin\\_cpitrafi\\_01\\_doc](http://www.renctas.org.br/files/rel_fin_cpitrafi_01_doc)>. Acesso em: 25 out. 2010.

### 3) Ecológica

- O comércio ilegal converge em uma pressão de exploração quase impossível de as espécies suportarem, pois é realizada sem critério algum.
- Não apenas a eliminação total da espécie, mas também a redução de sua abundância, acarreta consequências ecológicas:

#### a) Desequilíbrio da cadeia alimentar

Deve-se considerar que as espécies não evoluíram independentes, mas possuem relações intra e interespecíficas e com o meio físico-químico. Essas relações, muitas vezes por nós não compreendidas e até desconhecidas, contribuem para a complexidade, funcionamento e equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. Ao se eliminar espécies, muitas dessas interações se perdem, sendo difícil prever quais as reações e consequências nos ecossistemas:

#### b) Redução na qualidade genética das espécies envolvidas

#### c) Alteração no padrão de dispersão das sementes

Importantes grupos de animais dispersores de sementes são afetados intensamente pela caça. Na ausência desses animais algumas espécies de árvores e outros animais podem se tornar extintos.

Os principais problemas e dificuldades no combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil e possíveis soluções foram apontadas pelo relatório da RENTAS e pela CPITRAFI. Percebe-se que a maioria dos problemas enfatizados pela CPITRAFI, coincidem com os levantados pelo relatório RENTAS.

A atual legislação brasileira foi citada como uma das dificuldades no combate ao tráfico, uma vez que:

- a) parte da população desconhece as leis;
- b) não há o cumprimento da lei;
- c) falta de rigidez na aplicação das leis; e
- d) pouca consideração ao crime contra a fauna silvestre, por parte das autoridades jurídicas, sendo necessário para solucionar tais problemas:
  - maior divulgação e esclarecimento da lei;
  - aplicação mais severa; e
  - atualização da lei, prevendo o tráfico pela internet.

A CPITRAFI sugeriu algumas recomendações para amenizar ou até mesmo eliminar os problemas do tráfico de animais silvestres, são elas:

- a) Aperfeiçoamento da legislação federal;
- b) Organização do sistema de fiscalização e controle;
- c) Instalação de centros de triagem;
- d) Implantação de programas de geração de rendas;
- e) Definição de política nacional;
- f) Implementação de campanhas educativas;
- g) Organização da atividade pesqueira.

Pelo exposto, verifica-se que a problemática do tráfico de animais é conhecida por parte das autoridades brasileiras, bem como as possíveis soluções para o combate ao comércio ilegal de animais silvestres.

## 2 LEGISLAÇÃO

### 2.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal em seu art. 225 estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, sendo que o Poder Público e à coletividade devem defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dessa forma o art. 225, inciso VII, da Constituição Federal protege a fauna como um dos elementos do meio ambiente natural e, portanto, como bem de uso comum do povo. Esta nova categoria denominada “bens de natureza difusa”, em contraposição à tradicional classificação dos bens em públicos e privados, remonta a meados do século passado, originando-se dos chamados direitos metaindividuais decorrentes dos fenômenos de massa. O patrimônio ambiental integra esta nova divisão que abarca tanto os bens pertencentes a entidades públicas como bens dos sujeitos privados subordinados a uma peculiar disciplina, sendo que a titularidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado recai sobre toda a coletividade e cada um de seus membros de modo indeterminado. Com efeito, atualmente a fauna (silvestre, exótica ou doméstica) classifica-se como “bem de natureza difusa” que não se confunde com os bens públicos de nenhum ente da federação e ainda quando sujeita à propriedade privada (como é comum no caso dos animais exóticos e domésticos) é protegida pelas limitações expressas no ordenamento jurídico ambiental.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> STIFELMAN, op. cit.

A fauna passou do status de propriedade do Estado (art. 2º, inciso I, da Lei Federal n. 6.938/81, e art. 1º da Lei Federal n. 5.197/67) com a evolução do Direito Ambiental Brasileiro, para a condição atual de bem difuso, em outras palavras, bem de toda a coletividade.<sup>17</sup> A relevância é coletiva ou difusa: interessa a todos. A Constituição reforça essa idéia ao falar no direito e no dever de todos ao meio-ambiente equilibrado.

## **2.2 Lei 9.605/1998**

A Lei de Crimes Ambientais é um marco importante no sistema jurídico brasileiro, pois representa um avanço dentro do sistema de reparação do dano ambiental sob a ótica penal. A partir dessa lei os maus-tratos contra a fauna passaram a ser tratados como crime, conforme determina o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Stifelman afirma que a Lei 9.605/98 sistematizou a matéria e consolidou a inclusão dos animais dentre os “bens de natureza difusa”, em contraposição à tradicional classificação da fauna silvestre como bem público ou privado.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> STIFELMAN, op. cit.

A Lei 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998, “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, conforme artigo 2º:

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Os crimes contra a fauna estão previstos nos arts. 29 a 35 da Lei 9.605/98, sendo que estes revogaram parcialmente a Lei 5.179/67, pois todos os dispositivos da Lei de Proteção à Fauna que não foram tacitamente revogados pela Lei 9.605/98 continuam em vigor. Tais modificações legislativas atingiram não somente as penas cominadas aos delitos praticados contra a fauna silvestre, mas também alteraram a competência jurisdicional e o processo penal relacionados à matéria.<sup>23</sup>

O artigo 29 prevê que incorre nas mesmas penas:

I – quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II – quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III – quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I – contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;

<sup>23</sup> Ibid.

II – em período proibido à caça;

III – durante a noite;

IV – com abuso de licença;

V – em unidade de conservação;

VI – com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca.

A expressão “tráfico de animais” não existe no ordenamento jurídico brasileiro. Há sim um conjunto de condutas relacionadas ao delito. Constituem exemplos: a caça; a apanha; a venda; a exposição; o transporte; a aquisição; a manutenção em cativeiro; e a utilização; dentre outras, nos termos do art. 29 e os incisos I, II e III do seu parágrafo 1º, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.<sup>24</sup>

Padilha e Massine ao citar Édís Milaré esclarecem que a Lei n. 9.605/98 consistiu em um avanço, pois, para ele as penas atuais deixaram de ser irreais e utópicas, como eram anteriormente, já que em muitos casos os crimes contra a fauna eram considerados inafiançáveis ou as sanções eram tão severas que acabavam não sendo aplicadas ante a desproporcionalidade existente entre o dano produzido pelo agente e a pena prevista pela norma.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> NASSARO, Adilson Luís Franco. **O tráfico de animais silvestres no Brasil**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, Volume VI. Tupã: ANAP. 2010) ISSN 1980-0827. Disponível em: <<http://ciencias-policiais.blogspot.com/2010/09/o- trafico-de-animais-silvestres-no.html>>. Acesso em: 29 out. 2010.

<sup>25</sup> PADILHA, Norma Sueli e MASSINE, Cristina Lima. **O Paradigma Constitucional de Proibição de Práticas que submetam os animais a crueldade: Uma Análise da Razão Antropocêntrica da Cultura Jurídica Brasileira na Implementação Judicial do Crime de Tráfico de Animais Silvestres**. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/anais/36/12\\_1677.pdf](http://www.conpedi.org.br/anais/36/12_1677.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2010.



Além disso, e correlatamente ao problema do tráfico de animais os artigos 30, 31 e 32 da Lei 9.605/98 prevêm:

Art. 30. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente: (grifo nosso)

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 31. Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Foi “tipificada no art. 30, da Lei 9.605/98 a exportação ilegal de peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, como se esses fossem os únicos atrativos da fauna brasileira para o comércio internacional e a única modalidade de tráfico relacionado à fauna silvestre” que mereceu repressão penal através da Lei dos Crimes Ambientais.<sup>26</sup>

Édis Milaré e o Professor Miguel Reale Jr <sup>27</sup> criticam a redação do artigo 30 que além de pleonástico não contempla a exportação de peles e couros manufaturados, sem a autorização competente, como crime. Também não é crime o comércio entre os estados da federação. Em 2008 o artigo 26 do Decreto 6514/08 apenas corrigiu o pleonasmo ao regulamentar a matéria mencionada:

Art. 26. Exportar peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem autorização da autoridade competente:

Dessa forma a proteção de anfíbios e répteis fica comprometida.

<sup>26</sup> STIFELMAN, op. cit.

<sup>27</sup> REALE JR., Miguel. A lei hedionda dos crimes ambientais, in **Folha de S. Paulo**. 6/4/1998.

### 2.3 Decreto nº 6.514/2008

O Decreto nº 6.514, de 22/07/2008, trata da regulamentação das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, revogando expressamente o Decreto nº 3.179 /1999.

A nova norma regulamentou e tornou mais rígida a Lei dos Crimes Ambientais. Dentre as inovações, pode-se citar a tipificação do crime de tráfico de animais silvestres:

Art. 24. Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

§ 3º Incorre nas mesmas multas:

I – quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II – quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III – quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.

A edição do Decreto 6.514/08 foi relevante para sanar críticas como a de Lélío Braga Calhau que afirmava “inexiste um enquadramento típico para o caso do traficante de animais silvestres na Lei de Crimes Ambientais”.<sup>28</sup>

Outro aspecto abordado pelo autor é que a “lei quase nunca alcança o traficante”. O Decreto 6.514/08 inova ao diferenciar a pessoa que comercializa (tráfico) daquela que guarda domesticamente a espécie silvestre. Essa distinção já está sendo observada nos julgados atuais.

---

<sup>28</sup> CALHAU, Lélío Braga. Da necessidade de um tipo penal específico para o tráfico de animais: razoabilidade da política criminal em defesa da fauna. In: BEJAMIN, Antônio Herman V. (Org.). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 8, 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2004. p. 462.

### 3 CONTROLE DE TRÁFICO DE ANIMAIS

#### 3.1 Controle administrativo

As ações de prevenção e repressão ao tráfico são realizadas por diversos órgãos do Estado. No plano da fiscalização podemos citar a Polícia Federal, Polícia Florestal, Polícia Rodoviária, IBAMA, Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras e internacionais, Universidades e Centros de Pesquisa.

A Polícia Militar Ambiental do Brasil atua em 25 dos 27 estados da federação, além do Distrito Federal.<sup>29</sup> A Polícia Rodoviária Federal também colabora, prevenindo e reprimindo os crimes contra o meio ambiente dentre eles o tráfico de animais.

Segundo Adilson Luís Franco Nassaro<sup>30</sup> atualmente o IBAMA tem como atribuições, dentre outras, exercer o gerenciamento, controle, proteção e preservação das espécies silvestres brasileiras da fauna e da flora. Porém, em razão do seu pequeno corpo de agentes para fiscalização em todo o território brasileiro, ao longo de sua existência foi cedendo a área de atuação para as Polícias Ambientais dos Estados, integrantes das estruturas das polícias militares estaduais e constituídas como órgãos de competência abrangente, no amplo espectro da preservação da ordem pública (*o parágrafo 5º, do inciso IV, do artigo 144, da Constituição Federal, estabelece a sua competência, nos seguintes termos: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública...”*).

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.pmambientalbrasil.org.br/>>. Acesso em: 15 set. 2010.

<sup>30</sup> NASSARO, op. cit.

Para o referido autor a polícia ambiental atua no cumprimento da legislação de proteção aos recursos naturais e ao longo dos anos o efetivo foi assumindo praticamente toda a fiscalização de campo sobre o comércio ilegal de animais silvestres e as condutas a ele relacionadas. Tal concentração deveu-se à sua presença em todo o território estadual, e a circunstância de que o IBAMA passou a priorizar, por limitações operacionais, a emissão das licenças e a atualização dos cadastros dos criadouros legalizados, na condição de gestor do controle e proteção da fauna.

O Assessor de Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, afirmou que a reorganização institucional do IBAMA, que criou a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, fortaleceu as políticas públicas de manejo de fauna. Segundo ele, o setor conta, atualmente, com cerca de 1% dos recursos orçamentários do IBAMA. Ele esclarece, ainda, que um dos principais diplomas legais que norteiam a importação e a exportação de animais da fauna silvestre é a portaria nº 93, de 7 de julho de 1998. Esta portaria estabelece os requisitos e procedimentos relativos à importação e exportação de animais silvestres para todas as finalidades - científica, comercial, animais de estimação, artesanatos indígenas, confeccionados com partes de animais da fauna brasileira. Por essa Portaria, é proibida a importação de animais vivos, capturados na natureza, em razão da possível introdução de zoonoses não ocorrentes em território brasileiro, bem como a possibilidade de haver fuga e a conseqüente introdução na natureza (é proibida a importação de espécimes vivos dos grupos: invertebrados, anfíbios, répteis, aves, e alguns mamíferos, como elefantes, sirênias e pennipedia). A exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira somente será

autorizada quando for objeto de intercâmbio técnico-científico com instituições afins do exterior. Os exemplares devem estar marcados.<sup>31</sup>

Cerca de 5 mil espécies de animais são protegidos pela Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção - CITES sendo que o Decreto 3.607/ 2000, designou o IBAMA como autoridade administrativa e científica da CITES, “cabendo à Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros a emissão de licenças e certificados para as espécies da fauna e à Diretoria de Floresta as ações voltadas ao controle de emissão de licenças e certificados”.

Muitas vezes o IBAMA trabalha em conjunto com a Polícia Federal. Nos últimos anos foram realizadas diversas operações para repressão dos crimes contra o meio ambiente. Dentre elas podemos citar dez operações contra o tráfico de animais: Trincaferro (2005), Silvestre (2006), Arara Preta (2007), Rosa dos Ventos IV (2007), Rosa dos Ventos V (2008), Grilhões (2008), Oxossi (2009), Arapuça (2009), São Francisco (2010) e Jaguar (2010) <sup>32</sup>. Nessas operações a Polícia Federal, atuou diretamente na repressão de crimes ambientais, notadamente maus-tratos de animais, tráfico de animais, captura de animais na natureza, falsificação de anilhas do IBAMA, maus-tratos, comercialização e receptação de aves silvestres e exóticas sem autorização (incluindo espécies ameaçadas de extinção) além de outros crimes conexos.

Devido a inúmeras denúncias de práticas criminosas relacionadas ao tema, foi criada, em 10.09.2002, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileira – CPITRAFI. Essa comissão tinha como objetivo apurar irregularidades no tráfico de

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://www.renctas.org.br/files/rel\\_fin\\_cpitrafi\\_01\\_doc](http://www.renctas.org.br/files/rel_fin_cpitrafi_01_doc)>. Acesso em: 23 out. 2010.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/>>. Acesso em: 02 set. 2010.

plantas e animais silvestres da flora e fauna brasileiras, entre Estados da Federação e para o exterior. A comissão foi constituída em 07.11.2002 e instalada em 13.11.2002. A CPITRAFI conclui seus trabalhos em janeiro de 2003.

A CPITRAFI ao tomar a tarefa de “apurar irregularidades no tráfico de plantas e animais silvestres da flora e fauna brasileiras, entre Estados da Federação e para o exterior”, investigou e analisou problemas complexos em termos de infrações penais e administrativas, e em termos de políticas públicas e legislação.<sup>33</sup>

A partir de depoimentos prestados de diversos setores da sociedade e de documentos e publicações técnicas, a CPITRAFI levantou os principais problemas envolvendo o tráfico animais silvestres. Uma das grandes contribuições da CPITRAFI foi o mapeamento das rotas do tráfico de animais silvestres no País. Isso foi possível graças às informações do IBAMA e os dados constantes no Relatório Nacional sobre o Comércio Ilegal da Fauna Silvestre produzido pela RENCTAS.

### **3.2 Ministério Público**

Vale ressaltar a atuação do Ministério Público Federal como guardião da fauna. O Ministério Público da União e dos Estados tem como função institucional zelar pela aplicação da lei e de sua execução, além de ser titular da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III da CF).

O objetivo da Ação Civil Pública consiste em promover a responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico, assim como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

<sup>33</sup> Disponível em: <[http://www.renctas.org.br/files/rel\\_fin\\_cpitrafi\\_01\\_doc](http://www.renctas.org.br/files/rel_fin_cpitrafi_01_doc)>. Acesso em: 17 out. 2010.

A atuação do Ministério Público passou a ter papel de relevo na punição dos agentes causadores de crimes ambientais após a edição da Lei nº 9.605/98. O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em desfavor do Município do Rio de Janeiro e do IBAMA objetivando o impedimento do tráfico de animais silvestres em feiras livres no Município do Rio de Janeiro. A sentença monocrática foi julgada procedente e cada um dos réus condenado ao pagamento de indenização pelos danos causados ao meio ambiente. No julgamento do recurso deste caso o magistrado do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim entendeu: “razoável e pertinente a condenação estabelecida pelo Magistrado de 1º Grau, qual seja, a obrigação do IBAMA e do Município do Rio de Janeiro a atuarem, de forma eficaz, na fiscalização do comércio ilegal de animais”.<sup>34</sup>

Hoje, os Promotores de Justiça, com base em pareceres técnicos, buscam a recuperação ou a compensação dos danos ambientais decorrentes das condutas lesivas à fauna silvestre, não restringindo sua atenção à esfera criminal.<sup>35</sup> Isto significa que a ação poderá ter por objetivo a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Portanto, o Ministério Público deve ser entendido como uma instância independente e verificadora do cumprimento da legislação ambiental.

### 3.3 Papel do Judiciário

---

<sup>34</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.073.151 - RJ (2008/0138414-5). Relatora: Ministra Denise Arruda. Publicado no DOU em 19/02/2009.

<sup>35</sup> STIFELMAN, op. cit.

### 3.3.1 Competência

O papel do judiciário no controle de tráfico de animais, antes da Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, encontrava-se “disperso em várias leis, sendo que a ausência de tipos penais específicos acarretava a impunidade de inúmeras condutas reprováveis e a maioria das infrações penais ambientais existentes eram meras contravenções penais” que ficaram expressamente excluídas da competência da Justiça Federal em função do art.109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 no qual independente do delito ter sido cometido em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.<sup>36</sup>

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:  
IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral; (grifo nosso).

Com o surgimento da Lei dos Crimes Ambientais houve uma alteração profunda na tipificação penal das condutas, sendo que inúmeras condutas anteriormente capituladas como contravenções penais tornaram-se crimes contra o meio ambiente. Além disso, através do parágrafo único do art. 26 da Lei 9.605/98, a possibilidade de atuação da Justiça Estadual no processamento e julgamento dos crimes ambientais foi quase excluída, sugerindo-se a falsa idéia de que todas as condutas tipificadas seriam da competência da Justiça Federal e que esta somente caberia à Justiça Estadual quando não houvesse, no local do fato, Vara da Justiça Federal.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> STIFELMAN, op. cit.



Diante deste fato o parágrafo único do art. 26 da Lei 9.605/98 foi vetado pelo Presidente da República, não entrando vigor. “A inconstitucionalidade de tal dispositivo era notória, já que este partia do pressuposto de que todos os crimes previstos na lei seriam sempre de competência da Justiça Federal” isso colidia com a repartição da competência jurisdicional estabelecida no art.109, da Constituição Federal.<sup>38</sup>

Cumprе destacar, ainda, que a União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas não detêm o controle absoluto do meio ambiente, pois nos termos do art. 23, VI e VII, da Constituição Federal, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios proteger e conservar as florestas, a fauna e a flora (competência administrativa comum) e de acordo como o art. 24, VI, da Constituição Federal compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.<sup>39</sup>

A título de ilustração vale citar o Conflito de Competência nº 73.973 - MG (2006/0256311-8), do Superior Tribunal de Justiça - STJ, na qual o relator assim dispôs:

A Lei 9.605/98, que veio a regular todos os delitos praticados contra o meio ambiente, compreendendo a fauna e a flora, nada dispôs a respeito da competência para processar e julgar os crimes ali tipificados.

Tendo em vista que o art. 23, VI e VII, da Constituição Federal confere à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a proteção ao meio-ambiente e não há, quanto aos crimes ambientais, dispositivo constitucional ou legal expresse quanto à competência para o seu julgamento, tem-se, a princípio, que o processo e o julgamento dos delitos ambientais compete à Justiça Comum Estadual.

Sendo assim, a competência da Justiça Federal, expressa no art. 109, IV, da Constituição Federal, restringe-se às hipóteses em que os crimes ambientais são perpetrados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas autarquias ou empresas públicas.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Ibid.

Tais conclusões, por sinal, advindas após a edição da Lei 9.605/98, acabaram por cancelar a Súmula nº 91/STJ, que, editada com fundamento na Lei 5.107/67, atribuía à Justiça Federal a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a fauna.

No caso em exame, entendo que restou demonstrado o interesse da União na

apuração do delito ambiental, visto que a investigação foi instaurada para apuração de suposto tráfico de animais silvestres que podem estar em extinção, e o suposto crime ocorreu dentro e

Área de Preservação Ambiental, que tem como um de seus fins a proteção das espécies ameaçadas de extinção (art. 2º, alínea e, Decreto n. 91.304 de 03 de junho de 1985). Ainda que a suposta venda tenha ocorrido em uma pousada situada dentro da área de preservação, é evidente que os animais não pertencem ao proprietário dessa propriedade privada. Nesse sentido, o seguinte precedente desta Corte:

**"CRIMINAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA A FAUNA. ANUTENÇÃO EM CATIVEIRO DE ESPÉCIES EM EXTINÇÃO. IBAMA. INTERESSE DE AUTARQUIA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

*I - A teor do disposto no art. 54 da Lei 9.985/2000, cabe ao IBAMA, autarquia federal, autorizar a captura de exemplares de espécies ameaçadas de extinção destinada a programas de criação em cativeiro ou formação de coleções científicas.*

*II - Compete à Justiça Federal, dado o manifesto interesse do IBAMA, o processamento e julgamento de ação penal cujo objeto é a suposta prática de crime ambiental que envolve animais em perigo de extinção. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo*

*Federal da 3ª Vara Federal de Uberlândia (MG)." (CC 37137/MG, 3ª Seção, de **minha relatoria**, DJ de 14/04/2003).*

Diante do exposto, conheço do conflito e dou por competente o Juízo Federal, ora suscitado.<sup>40</sup>

A Súmula nº 91 do STJ preconizava que competia à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra a fauna, no entanto em 8 de novembro de 2000 a súmula referida foi cancelada, por votação unânime, durante o julgamento de conflito de competência entre a 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto e a Vara Criminal de Santa Rosa de Viterbo pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Naquele momento, o Min. Fontes de Alencar, autor da proposta de cancelamento, sustentou que, após o advento da Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a súmula antes atrapalhava do que auxiliava a prestação jurisdicional. Desse modo, o Superior Tribunal de Justiça concluiu pela competência da Justiça Estadual para processar e julgar os crimes contra a fauna em razão da ausência de disposição constitucional ou infraconstitucional expressa no sentido de estabelecer qual seria a justiça competente para o julgamento de tais delitos, fazendo incidir a regra geral

<sup>40</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência Nº 73.973 - MG (2006/0256311-8). Relator: Ministro Felix Fischer. Publicado no DOU em 07/12/2007.

da competência residual da Justiça Estadual, uma vez que a proteção ao meio ambiente seria de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.<sup>41</sup>

Nesse sentido a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região vem seguindo essa orientação, conforme se pode perceber nos seguintes julgados:

**Penal - Crime Contra a Fauna - Apreensão de Pássaros Silvestres - Leis 5.197/67 e 9.605/98 - Justiça Federal - Disposições Constitucionais - Competência - Cancelamento da Súmula nº 91 pelo E. Tribunal Superior Tribunal de Justiça - Competência da Justiça Estadual - Remessa dos Autos à Justiça Estadual Competente - Improvimento do Recurso.**

A competência da Justiça Federal é delimitada pela norma preconizada no art. 109 da Constituição Federal. A Lei 9.605/98 revogou a Lei 5.167/67, não tendo especificado a competência para processar e julgar as ações que atingem os bens nela protegidos. O E. STJ cancelou a Súmula nº 91 do E. STJ que determinava a competência da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra a fauna, quando estes não ofenderem bens, interesses ou serviços da União. À Justiça Estadual, de competência remanescente e residual, caberá processar e julgar os crimes previstos na Lei AMBIENTAL, à exceção da competência federal decorrente do disposto no art. 109 da Carta Magna. Reconhecida a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o CRIME contra a fauna relacionado à apreensão de pássaros silvestres, por ausência de interesse da União, é de ser determinada a remessa dos autos à Justiça Estadual competente. Recurso improvido.<sup>42</sup>

**Recurso Criminal - Penal e Processual Penal - Crime Contra a Fauna - Competência - Cancelamento da Súmula 91 do Superior Tribunal De Justiça.**

I - A súmula 91 do Superior Tribunal de Justiça que determinava a competência da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra a fauna foi cancelada pela E. 3ª Seção daquela Corte, em sessão realizada em 08.11.2000 e publicada no DJU de 27.11.2000. Tal se sucedeu em função da Lei nº 9.605/98 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, ter revogado a Lei 5.167/67, vez que tratou de descrever todos os delitos praticados contra o meio ambiente, a fauna e a flora.

II - Portanto, sendo a proteção AMBIENTAL comum à União, aos Estados e aos Municípios e não tendo a Lei 9.605/98 especificado a competência para processar e julgar as ações que atingem os bens ali protegidos, tem-se que a competência é da Justiça Comum Estadual. É que a competência da Justiça Federal está delimitada e expressamente prevista no artigo 109 da Constituição Federal, enquanto que a competência estadual é remanescente e residual. À Justiça Federal caberá processar e julgar os crimes previstos na Lei AMBIENTAL somente quando houver lesão a bem, interesse ou serviço da União, p. ex. quando violar espaço territorialmente protegido pelo Poder Público Federal, como áreas de proteção AMBIENTAL, de relevante interesse ecológico, reservas extrativistas, dentre outros, declarado como tal por ato do executivo ou do legislativo federal.

<sup>41</sup> STIFELMAN, op. cit.

<sup>42</sup> BRASIL, Tribunal Regional. Região, 3. Apelação Criminal nº 2002.61.02.003446-3/2-SP. Relator: Juiz Luiz Stefanini. Publicado no DOU em 25/05/2004.

III - Recurso não conhecido e determinada a remessa dos autos à Justiça Estadual.<sup>43</sup>

Portanto, o posicionamento jurisprudencial no sentido de que os crimes contra a fauna serão, regra geral, da alçada da Justiça Estadual está consolidado no Superior Tribunal de Justiça, com ressalva para a competência da Justiça Federal no caso de ser constatada qualquer lesão a bens, serviços ou interesse da União, entidades autárquicas ou empresas públicas federais.

### **3.3.2 Princípio da Insignificância**

Padilha e Massine criticaram a atuação dos tribunais em relação aos crimes praticados contra a fauna. No trabalho das referidas autoras elas afirmam que há “inúmeros julgados em que o acusado é absolvido da acusação de tráfico de animais pautado no princípio da insignificância ou bagatela e sob o fundamento de que a quantidade de animais apreendidos não compromete o meio ambiente.” Elas esclarecem que “tanto a Constituição como a norma infraconstitucional não limitou a quantidade para efeito de caracterização do crime ambiental de dano, de crueldade, ou de tráfico.”<sup>44</sup>

O princípio da insignificância traz para o direito uma maneira de abrandar as conseqüências de se tipificar, por um fato que, devido à diminuta lesividade ou ofensividade ao bem jurídico protegido, torna-se irrelevante.

---

<sup>43</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal. Região, 3. Recurso Criminal número 1999.03.99.019967-2/SP. Relator: Juiz Souza Ribeiro. Publicado no DOU em 10/12/2001.

<sup>44</sup> PADILHA; MASSINE, op. cit.

Com esta orientação destaca-se no julgado do *habeas corpus* nº 72.234 - PE (2006/0272965-2) o seguinte trecho:

**HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. GUARDA, EM RESIDÊNCIA, DE AVES SILVESTRES NÃO AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO (UMA ARARA VERMELHA, UM PASSARINHO CONCRIZ E UM XEXÉU, DOIS GALOS DE CAMPINA E UM PAPAGAIO). FLAGRANTE DURANTE BUSCA E APREENSÃO REALIZADA POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO, QUE APURAVA CRIME TRIBUTÁRIO (OPERAÇÃO CEVADA). INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS DO PACIENTE DESAUTORIZADAS, NAQUELES AUTOS, POR FALTA DE CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE (LANÇAMENTO DEFINITIVO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO). CONTAMINAÇÃO DAS PROVAS. FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE MANDADO JUDICIAL. CRIME PERMANENTE. ESTADO DE FLAGRÂNCIA. ART. 5, XI DA CF. PRECEDENTES DO STJ. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE LESÃO AO BEM JURÍDICO PROTEGIDO PELA NORMA PENAL DE PROTEÇÃO À FAUNA. ORDEM CONCEDIDA, PARA TRANCAR O INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO CONTRA O PACIENTE.**

(...)

5. Merece acolhimento a tese da absoluta falta de justa causa para o prosseguimento da investigação, pois resta claro que a manutenção de 6 aves, de espécies diferentes, que não estão em perigo de extinção, na residência do paciente, onde recebiam cuidados apropriados, não tem a possibilidade de ocasionar qualquer lesividade ao bem jurídico protegido pela norma penal incriminadora.

6. O princípio da insignificância penal, como adverte o insigne doutrinador GUILHERME DE SOUZA NUCCI, é plenamente aplicável à hipótese de crime ambiental (Leis Penais e Processuais Penais Comentadas, 2a. ed., Rev. dos

Tribunais, pág. 796). Sua incidência, inclusive, já foi admitida por esta colenda Corte de Justiça, por ocasião do julgamento do CC 20.312/MG, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, no qual restou consignado que a apanha de apenas quatro minhocuçus não desloca a competência para a Justiça Federal, pois não constitui crime contra a fauna, previsto na Lei 5.197/67, em face da aplicação do princípio da insignificância, uma vez que a conduta não tem força para atingir o bem jurídico tutelado (DJU 23.08.99).

(...)

8. A Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, objetiva concretizar o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservado para as futuras gerações, referido no art. 225, caput da Constituição Federal, que, em seu § 1o., inciso VII, dispõe ser dever do Poder Público, para assegurar a efetividade desse direito, proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetem os animais a crueldade.

9. Assim, para incidir a norma penal incriminadora, é indispensável que a guarda, a manutenção em cativeiro ou em depósito de animais silvestres, possa, efetivamente, causar risco às espécies ou ao ecossistema; nada disso, todavia, se verifica no caso concreto.

10. A própria lei ambiental relativiza a conduta do paciente, quando, no § 2o. do art. 29 estabelece o chamado perdão judicial, conferindo ao Juiz, considerando as circunstâncias, o poder de não aplicar a pena, no caso de

guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção. (grifo nosso)

11. Evidente, por conseguinte, a ausência de justa causa para o prosseguimento do Inquérito Policial, pela desnecessidade de movimentar a máquina estatal, com todas as implicações conhecidas, para apurar conduta desimportante para o Direito Penal, por não representar ofensa a qualquer bem jurídico tutelado pela Lei Ambiental.

12. Ante o exposto, voto pela concessão da ordem, para trancar o Inquérito Policial 2006.83.00.002928-4, data venia do parecer ministerial em sentido contrário. (grifo nosso)

A Lei nº 9.605/98 não alude em momento algum à possibilidade da aplicação do princípio da insignificância.

Estando presentes os requisitos da lei, o juiz, ao analisar o fato, poderá aplicar o princípio da insignificância. Principalmente no caso do inciso I (gravidade do fato e suas conseqüências), se não há gravidade não há necessidade de ser considerado crime, ainda que possa ser aplicada uma sanção administrativa ou civil, portanto é caso em que há a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância, aliado ao princípio da proporcionalidade esculpido no art. 59 do Código Penal e seus desdobramentos: adequação, necessidade e proporcionalidade estrito senso.

A doutrina mostra-se refratária quanto à aceitação e aplicação do princípio da insignificância nos delitos de natureza ambiental. Poucos doutrinadores se referem ao princípio da insignificância ligado especificamente aos delitos ambientais.

Abreu diz que só em casos excepcionais deve-se aplicar o princípio da insignificância, sugerindo que “o reconhecimento do princípio da insignificância deverá ser reservado para as hipóteses excepcionais, principalmente pelo fato de que as penas previstas na Lei nº 9.605/98 são leves e admitem transação ou suspensão do processo (Lei nº 9.099/95, arts. 76 e 89)”.

Em breve análise das jurisprudências relativas aos crimes de natureza ambiental verifica-se que o princípio da insignificância tem aplicação bastante restrita. Nota-se a aplicação é mais freqüente no caso de guarda-doméstica de animais silvestres.

Em relação ao tráfico de animais a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em decisão unânime, assim decidiu:

**PENAL. CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE. PÁSSAROS DA FAUNA SILVESTRE BRASILEIRA. COMERCIALIZAÇÃO POTENCIALIDADE LESIVA. TIPICIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.** 1. Constitui crime contra o meio ambiente a comercialização de pássaros silvestres (artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98). 2. Não exclui a tipicidade da conduta o fato de não se encontrar as espécimes apreendidas na "Lista Oficial de Espécie de Fauna Silvestre Ameaçada de Extinção". 3. O crime praticado contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção constitui causa de aumento da pena de metade (§4º, artigo 29, Lei 9.605/98). 4. É inaplicável à hipótese o princípio da insignificância. Considerar atípica a conduta de alguém que é encontrado com pequena quantidade de pássaros é oficializar a impunidade. 5. Deixar de reprimir a conduta dos infratores significa conceder-lhes salvo conduto e incentivá-los à prática que poderá levar ao extermínio da fauna nacional. 6. Recurso provido.<sup>45</sup> -

### 3.3.3 A Jurisprudência e o tráfico de animais

A jurisprudência analisada abrange as decisões e os acórdãos disponíveis nos sítios eletrônicos do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.

As buscas nos referidos sítios ocorreram em setembro e outubro de 2010, portanto, toda jurisprudência citada neste trabalho é anterior a esta data.

#### 3.3.3.1 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Ao pesquisar o acervo jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, não se encontrou nenhum acórdão ou decisão que se refere ao tráfico de animais.

<sup>45</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal 1ª Região. Apelação Criminal n. 1999.01.00.117497-1, da 4ª Turma, relator: Juiz Mário César Ribeiro. Publicado no DOU em 17/10/2000.



### 3.3.3.2 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Foram encontradas sete decisões monocráticas. Dessas, três pedidos de habeas corpus em favor de traficantes de animais silvestres. Um deles perdeu o objeto tendo em vista a soltura do preso e os outros dois tiveram seus pedidos negados.

No julgamento do *habeas corpus* nº 148.131 - RJ o Ministro Relator esclareceu que *“A prisão preventiva do paciente se encontra objetivamente fundada na concreta reiteração das condutas delitivas em face da alta lucratividade destas, na articulação da quadrilha, bem como na lesividade das condutas ao meio ambiente, em decreto extenso de cem páginas, que, minuciosamente, ponta os motivos concretos da prisão de cada um dos denunciados (...)”* e continua *“sendo sua prisão necessária para a garantia da ordem pública, eis que mesmo já tendo sido preso diversas vezes, continua a delinquir, sendo sua conduta uma grande ameaça às espécies em extinção que comercializa.”* Leciona o Ministro: *“Periculum libertatis:*

- ordem pública: evitar reiteração da conduta criminosa (Jairo responde a cinco ações penais);
- ordem pública: evitar a morte e a captura cruel de animais, preservando o meio-ambiente, especialmente no que diz respeito a espécies ameaçadas de extinção (Jairo é apontado como um dos coordenadores do tráfico de centenas de animais);
- ordem pública: desabastecer as feiras onde animais silvestres são comercializados a céu aberto, e, com isso, minimizar a repercussão social da violação livre da lei, desincentivando a perpetuação do tráfico de animais (Jairo é apontado como um dos coordenadores do tráfico e, portanto, diretamente responsável pelo abastecimento das feras);
- ordem pública: a prisão de apenas alguns poucos integrantes da quadrilha não bastará para interromper suas atividades, sendo necessária a prisão em bloco de todos aqueles contra quem já há elementos concretos para desestruturar tal organização (no caso, Jairo é não só um membro como é apontado como um dos principais elementos);



- ordem pública: posse de armas ilegais, somadas a elementos que indicam que a quadrilha admite o emprego dessas armas para matar não só animais (vide texto sobre o investigado Michag, que foi instado por Idelbrando a pegar uma arma com Jairo para matar uma pessoa);
- conveniência da instrução criminal: a prisão dos investigados que são policiais, que têm acesso a armas de fogo, ou que, pelo seu poder de mando, poderiam intimidar testemunhas (inclusive os próprios investigados, que poderiam querer valer-se da delação premiada) (como um dos coordenadores da operação, e detentor de armas, Jairo é um dos investigados que tem maior poder de intimidação).<sup>46</sup>

No mesmo sentido o pedido liminar, do *habeas corpus* nº 141.605 - RJ foi indeferido por decisão proferida pelo Ministro Cesar Asfor Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, “visando a garantia da ordem pública e a desarticulação da quadrilha de tráfico de animais silvestres.”<sup>47</sup>

Ao julgar o *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, do processo citado anteriormente os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegaram a ordem. Como se lê na ementa a seguir:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS . COMÉRCIO ILEGAL DE ANIMAIS SILVESTRES, RECEPÇÃO E QUADRILHA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO EM DADOS CONCRETOS. GRAVIDADE CONCRETA DA AÇÃO DELITUOSA. PERICULOSIDADE REAL DO AGENTE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CARACTERIZADO. EXCESSO DE PRAZO. QUESTÃO NÃO-APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM DENEGADA.**

1. A prisão preventiva deve ser revogada sempre que se verifique irregularidade na sua decretação, por ausência dos pressupostos da materialidade e indícios da autoria ou pela não-ocorrência de qualquer das circunstâncias motivadoras descritas no art. 312 do Código de Processo Penal.
2. Estando o decreto preventivo satisfatoriamente justificado na gravidade concreta da ação delituosa, na periculosidade real do agente e na possibilidade de reiteração criminosa, resta evidente a necessidade de proteção da ordem pública (art. 312 do Código de Processo Penal).
3. Não havendo manifestação do Tribunal *a quo* sobre o apontado excesso de prazo na instrução processual, fica o Superior Tribunal de Justiça impedido de apreciá-lo, sob pena de indevida supressão de instância.

<sup>46</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 148.131 - RJ (2009/0184034-0). Relator: Ministro Nilson Naves. Publicado no DOU em 16/03/2010.

<sup>47</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus* nº 141.605 - RJ (2009/0134383-6). Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha. Publicado no DOU em 16/03/2010.

#### 4. Ordem denegada.<sup>34</sup>

### 3.3.3.3 Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais

Em pesquisa de jurisprudência unificada entre os cinco Tribunais Regionais Federais, no portal da Justiça Federal, foram encontrados vinte e oito documentos sob o critério “tráfico de animais”.

A maioria dos julgados são pedidos de *habeas corpus* em favor de traficantes de animais silvestres. Muitos deles presos em operações efetuadas pela Polícia Federal.

A tendência observada nos julgamentos é a manutenção da prisão preventiva dos denunciados envolvidos no comércio ilegal de animais em razão da necessidade de garantia da ordem pública. Essa medida extrema tem sido tomada para evitar a reiteração criminosa e interromper as atividades das diversas quadrilhas que agem no país.

Vale lembrar que os magistrados estão cada vez mais cientes da estrutura social do tráfico de animais e nas decisões mais recentes há distinção entre os reais traficantes e os “passarinheiros”. Como se nota nos relatos das decisões abaixo:

“(...) Como se vê, a atuação do ora paciente em muito difere da atuação dos demais co-réus colocados em liberdade até o momento, em sua maioria caçadores com grau de instrução mínima, que por falta de outra oportunidade caçam passarinhos para garantir um sustento básico para a família, ou mesmo comerciantes de feiras livres. Diferentemente, o paciente possui papel fundamental na estrutura da empreitada criminosa, se revelando vital para sua existência, conforme se depreende das transcrições acima.”<sup>48</sup>

“(...) Como se vê, não se está diante de um simples “passarinheiro”, mas sim de negociante que cumpre papel importante dentro da organização e

<sup>48</sup> BRASIL. Tribunal Regional da 2ª Região. *Habeas Corpus* nº 201002010068844. Relator: Desembargador Federal Messod Azulay Neto. Publicado no DOU em 20/07/2010.

cuja segregação cautelar, pelo menos por ora, é necessária como forma de garantia da ordem pública. Assim, verifica-se que o desenrolar da instrução criminal está, pelo menos ora, dentro dos limites da razoabilidade que se espera para casos complexos como o presente, não ensejando os fatos ora analisados a revogação da custódia cautelar do paciente.”<sup>49</sup>

O relatório da RENCITAS afirma que há uma do tráfico de animais com outras atividades fraudulentas “no Brasil existe cerca de 350 a 400 quadrilhas organizadas que realizam comércio ilegal de fauna, sendo que 40% delas possuem ligações com outras atividades ilegais”.<sup>50</sup>

Da leitura do mandado de segurança nº 102364–CE, verifica-se a ligação do tráfico de animais com outros crimes.

O bloqueio da conta do impetrante teve por fundamento sua relação com a “Organização Paratodos Ltda.”, investigada em face da suspeita de perpetração de vários crimes, dentre os quais corrupção ativa, lavagem de dinheiro, crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional, prevaricação, crime ambiental (tráfico de animais silvestres e manutenção de galo de briga), além de formação de quadrilha.<sup>51</sup>

Em um trecho de uma decisão percebe-se a preocupação do judiciário em relação aos problemas ambientais, sobretudo àqueles relacionados à preservação da fauna e conseqüentemente da vida como um todo.

(...) É triste que se tenha que prender o homem para sobreviver o animal, mas não se pode olvidar que preservar a fauna é preservar o equilíbrio ecológico e conseqüentemente a espécie humana, dependente que é de um meio ambiente equilibrado.<sup>52</sup>

### 3.3.3.4 Responsabilização Penal e Administrativa

<sup>49</sup> BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Mandado de Segurança nº102364–CE (2009.05.00.000225-7). Relator: Cesar Carvalho. Publicado no DOU em 09/04/2010.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://www.renctas.org.br>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

<sup>51</sup> BRASIL. Tribunal Regional da 5ª Região. Mandado de Segurança n.º 102364–CE (2009.05.00.000225-7). Relator: Desembargador Federal CESAR CARVALHO. Publicado no DOU em 09/04/2009.

<sup>52</sup> BRASIL. Tribunal Regional da 2ª Região. *Habeas Corpus* nº 2009.02.01.007585-8. Relator: Desembargador Federal Messod Azulay Neto. Publicado no DOU em 18/06/2009.

Entre os julgados, destaca-se a Apelação Criminal contra sentença condenatória cuja ementa segue:

**PROCESSUAL PENAL E PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA FAUNA. INCIDENCIA DO ART.29, § 1º, INCISO III c/c §4º, INCISO I, DA LEI Nº 9.605/98. APELO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.**

1. Trata-se de Apelação Criminal, interposta contra sentença a quo, que condenou o réu à pena de 1 (um) ano, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção e multa de 90 (noventa) dias-multa, cada uma no valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato, substituída por duas penas restritivas de direitos consistentes em prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública e prestação pecuniária de 5 (cinco) salários mínimos a uma entidade, pública ou privada, com destinação social.
2. Tráfico de animais silvestre da fauna brasileira. Autoridade e materialidade incontestes.
3. Pena-base superior ao mínimo legal. Ato fundamentado. Observância do art. 59 do CPB. Possibilidade.
4. Prescrição antecipada. Inocorrência de agravante. Crime cometido contra espécie ameaçada de extinção. Dosimetria. Pena superior a 01 (um) ano. Prescrição não configurada.
5. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Espécie ameaçada de extinção. 6. Apelação Criminal conhecida, mas improvida.<sup>53</sup>

No tráfico de animais silvestres ocorrem várias condutas consideradas ilícitas, sendo cada uma por si só crime. No que tange ao processo penal, praticamente todos os delitos cometidos contra a fauna são processados nos “Juizados Especiais Criminais criados pela Lei 9.099/95 e pela Lei n.º 10.259/01, restando totalmente revogado o art. 34 da Lei 7.653 de 12 de fevereiro de 1988”.<sup>54</sup>

Além das penas privativas de liberdade (detenção ou reclusão) estão previstas nas leis ambientais as imposições de sanções administrativas, ou seja, multas.

Sirvinskas leciona “Os danos contra o meio ambiente normalmente geram sanções administrativas (aplicadas por órgãos ambientais) e civis, mas quando a conduta é grave tornam-se ilícitos penais. Se na esfera penal há um forte movimento no sentido de descriminalizar os fatos, isso não se aplica aos ilícitos penais

<sup>53</sup> BRASIL, Tribunal Regional da 5ª Região. Apelação Criminal nº 5376/CE (2004.81.00.018812-9). Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante. Publicado no DOU em 28/03/2008.

<sup>54</sup> STIFELMAN, op. cit.

ambientais, com relação aos quais se percebe um movimento contrário. Tudo deve ser feito para criminalizar as condutas nocivas ao meio ambiente, pois trata-se de um bem jurídico de valor inestimável, uma vez que diz respeito a toda a coletividade, e de difícil reparação. Muitas vezes as sanções administrativas ou civis revelam - se insuficientes para proteger o meio ambiente, enquanto a sanção penal tem maior poder intimidatório, vez que implica na própria liberdade do indivíduo. Porém, a tendência atual é de que as penas privativas de liberdade (reclusão, detenção) para os crimes ambientais sejam substituídas por penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade.”<sup>55</sup>

As normas penais em relação aos crimes ambientais são severas, no entanto a sua aplicação encontra dificuldades. Muitas vezes as multas aplicadas não são pagas e os infratores interpõem uma série de recursos administrativos com o objetivo de alcançarem a prescrição. Na tentativa de mudar essa realidade o Superior Tribunal de Justiça decidiu, recentemente, que as multas ambientais só prescrevem cinco anos após o fim do processo administrativo. A súmula 467 vai orientar o julgamento de casos desse tipo em tribunais de todo o país:

Prescreve em cinco anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.<sup>56</sup>

Vale lembrar que a pena máxima prevista no art. 29, da Lei nº 9.605 é de um ano e seis meses; portanto é considerada como de menor potencial ofensivo, segundo a Lei nº 9.099 em conjugação com a Lei nº 10.259 (pena máxima de até dois anos).<sup>57</sup>

<sup>55</sup> SIRVINSKAS, L. P. Direito ambiental, fauna, tráfico e extinção de animais silvestres. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 50, n. 298, ago. 2002.

<sup>56</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 467. Publicado no DOU em 25/10/2010.

<sup>57</sup> SAAB, Jamil José. **Tráfico ilícito de animais silvestres: a resposta penal segundo a lei 9.605/98**. Rev. ciênc. hum, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 61-66 jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/Humanas%202006%201/Pdf/5%BA%20art..pdf>>. Acesso em: 23 set. 2010.

No tráfico ilícito de animais silvestres, se o indivíduo for primário, isto é, quando da prática deste crime não tiver sido ainda condenado de forma definitiva por outro crime anterior, poderá se beneficiar do instituto jurídico da transação penal. Transação penal é a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo se for impossível esta composição.

A transação penal foi inserida no nosso ordenamento jurídico pelo art. 76, da Lei 9.099/95 e consiste em acordo do Promotor de Justiça com o autor do fato, onde o Ministério Público deixa de ajuizar a respectiva ação penal pelo crime ambiental. Isso só é possível desde que o acusado aceite a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa. Tal benefício somente era cabível aos delitos com pena máxima não superior a 01 (um ano), mas com a criação dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001) o conceito de infrações de menor potencial ofensivo passou a abranger todos os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.<sup>58</sup>

Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da [Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995](#), somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.<sup>59</sup>

Dessa maneira, tanto a doutrina como as jurisprudências ensinam via art.27, da Lei 9.605/98 que “apenas exige que a proposta de transação penal seja formulada após a composição civil dos danos ambientais, mas não que estes sejam efetivamente reparados antes da audiência preliminar”.<sup>51</sup>

Caso o autor do fato ilícito aceite de imediato a proposta do Ministério Público ele não será processado e após o cumprimento da pena imposta terá extinta

---

<sup>58</sup> STIFELMAN, op. cit.

<sup>59</sup> Lei 9.605/98, artigo 27.

a sua punibilidade. Cabe ressaltar que a transação penal só será possível se autor da infração houver reparado o dano ambiental ou comprovar a sua impossibilidade.

## **CONCLUSÃO**

Ao responder à pergunta problema, “como o judiciário atua sobre o problema de controle do tráfico de animais?” a pesquisa demonstrou que possui importante papel e a legislação ambiental brasileira possui instrumentos legais para o combate ao tráfico de animais silvestres.

O comércio ilegal de animais silvestres é uma das três mais rentáveis atividades ilícitas do mundo. Não é diferente no Brasil que possui uma megadiversidade biológica incomparável.

As informações sobre o tráfico de animais foram sistematizadas em relatórios, que embora desatualizados, dimensionaram o problema do tráfico. Esses dados foram importantes porque nortearam a atividade de prevenção e repressão desses crimes.

As ações de combate ao tráfico de animais em relação à proteção constitucional e infraconstitucional avançaram muito nos últimos anos. A Constituição Federal inovou ao vedar práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna ou que levem à extinção e principalmente práticas que submetam os animais a atos cruéis.

O sistema de fiscalização e controle ao tráfico de animais está presente na maioria dos estados brasileiros. No entanto, faltam dados atualizados nos órgãos ambientais oficiais sobre o tráfico de animais silvestres e não há uma base única de dados. É necessário, portanto, uma melhor organização do sistema de fiscalização e controle.

Conclui-se que existem uma série de dificuldades e problemas relacionados ao tráfico de animais e que o Poder Judiciário - conforme visto na discussão sobre doutrina e jurisprudência acerca do judiciário e o controle do tráfico de animais - está assumindo cada vez mais a proposta constitucional e infraconstitucional de proteção jurídica a fauna brasileira.



A Lei de Crimes Ambientais, apesar das críticas, é um marco importante no sistema jurídico brasileiro, pois representou um avanço dentro do sistema de reparação do dano ambiental sob a ótica penal.

Outro passo marcante foi a edição do Decreto nº 6.514/08 que regulamentou e tornou mais rígida a Lei dos Crimes Ambientais. Após esse decreto o judiciário passou a distinguir as ações do pequeno agressor ambiental das ações praticadas pelos verdadeiros traficantes de animais.

A legislação ambiental impôs ao infrator além da pena criminal uma sanção administrativa. As multas administrativas podem alcançar R\$ 5.000,00 por unidade de espécie da fauna ameaçada de extinção. Deste modo a pena administrativa tem poder sancionatório e intimidatório. “Entendeu o legislador que a punição criminal deve ser ínfima, evitando-se a segregação social, deixando por conta da punição administrativa a verdadeira repressão ao delito, este com maior poder sancionatório.”<sup>60</sup>

As penas contra os crimes contra a fauna são pequenas e não raro prescreviam ficando os infratores impunes. Na tentativa de mudar essa situação o Superior Tribunal de Justiça decidiu recentemente que as multas ambientais só prescrevem cinco anos após o fim do processo administrativo.

É importante lembrar que as decisões das demandas judiciais que envolvem o tráfico de animais após o Decreto nº 6.514/08 ainda estão em andamento. Nas pesquisas nos sites dos tribunais realizadas neste presente trabalho não há, ainda, sentença transitada em julgado. Com a edição desse decreto houve a definição de um tipo penal específico para o tráfico de animais e espera-se que os julgadores apliquem penas mais severas contra os traficantes de animais.

---

<sup>60</sup> SAAB, op. cit.



## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

BELTRÃO, Antônio F. G. **O novo disciplinamento das infrações ambientais - Decreto nº 6.514 /2008**. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

BRASIL. [Lei nº 5.167, de 03 de janeiro de 1967.](#)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.](#)

BRASIL. [Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.](#)

BRASIL. [Decreto nº 6.686, de 10 de dezembro de 2008.](#)

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.073.151 - RJ (2008/0138414-5). Relatora: Ministra Denise Arruda. Publicado no DOU em 19/02/2009.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência Nº 73.973 - MG (2006/0256311-8). Relator: Ministro Felix Fischer. Publicado no DOU em 07/12/2007.

BRASIL, Tribunal Regional. Região, 3. Apelação Criminal nº 2002.61.02.003446-3/2-SP. Relator: Juiz Luiz Stefanini. Publicado no DOU em 25/05/2004.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. Região, 3. Recurso Criminal número 1999.03.99.019967-2/SP. Relator: Juiz Souza Ribeiro. Publicado no DOU em 10/12/2001.

BRASIL. Tribunal Regional Federal 1ª Região. Apelação Criminal n. 1999.01.00.117497-1, da 4ª Turma, relator: Juiz Mário César Ribeiro. Publicado no DOU em 17/10/2000.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus nº 148.131 - RJ (2009/0184034-0). Relator: Ministro Nilson Naves. Publicado no DOU em 16/03/2010.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus nº 141.605 - RJ (2009/0134383-6). Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha. Publicado no DOU em 16/03/2010.

BRASIL. Tribunal Regional da 2ª Região. Habeas Corpus nº 201002010068844. Relator: Desembargador Federal Messod Azulay Neto. Publicado no DOU em 20/07/2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Mandado de Segurança nº102364–CE (2009.05.00.000225-7). Relator: Cesar Carvalho. Publicado no DOU em 09/04/2010.

BRASIL. Tribunal Regional da 5ª Região. Mandado de Segurança n.º 102364–CE (2009.05.00.000225-7). Relator: Desembargador Federal CESAR CARVALHO. Publicado no DOU em 09/04/2009.

BRASIL. Tribunal Regional da 2ª Região. Habeas Corpus nº 2009.02.01.007585-8. Relator: Desembargador Federal Messod Azulay Neto. Publicado no DOU em 18/06/2009.

BRASIL, Tribunal Regional da 5ª Região. Apelação Criminal nº 5376/CE (2004.81.00.018812-9). Relator: Desembargador Federal Ubaldo Ataíde Cavalcante. Publicado no DOU em 28/03/2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 467. Publicado no DOU em 25/10/2010.

DIAS, Edna Cardozo; CALHAU, Lélío Braga. Tráfico de Animais. Disponível em: <<http://www.novacriminologia.com.br/artigos/ArtigoLer.asp?idArtigo=1593>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

ECHEVENGUÁ, Ana Candida. Varas especializadas em direito ambiental: decisões favoráveis ao meio ambiente? Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=295&idAreaSel=13&seeArt=yes>>. Acesso em: 20 set. 2010.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros. **Direito ambiental contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

NASSARO, Adilson Luís Franco. O tráfico de animais silvestres no Brasil. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Volume VI. Tupã: ANAP. 2010) ISSN 1980-0827. Disponível em: <<http://ciencias-policiais.blogspot.com/2010/09/o-trafico-de-animais-silvestres-no.html>>. Acesso em: 29 out. 2010.

PADILHA, Norma Sueli; MASSINE, Cristina Lima. O Paradigma Constitucional de Proibição de Práticas que submetam os animais a crueldade: Uma Análise da Razão Antropocêntrica da Cultura Jurídica Brasileira na Implementação Judicial do Crime de Tráfico de Animais Silvestres. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/anais/36/12\\_1677.pdf](http://www.conpedi.org.br/anais/36/12_1677.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2010.

Palestra proferida pelo Sr. Deputado SARNEY FILHO no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados sobre a CPITRAF, em 07 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.sarneyfilho4321.com.br/noticiasxmda-campanhaxm/item/691-cpitraf-tr%C3%A1fico-de-animais-e-plantas-silvestres>>. Acesso em: 4 set. 2010.

REALE JR., Miguel. A lei hedionda dos crimes ambientais. **Folha de S. Paulo**. 6/4/1998.

RENTAS (ONG) - Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Faunas Silvestres, com a colaboração do IBAMA, da Polícia Florestal, da Polícia Federal, das Secretarias do Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente. 2001. Disponível em: <<http://www.rentas.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2010.

SAAB, Jamil José. Tráfico ilícito de animais silvestres: a resposta penal segundo a lei 9.605/98. **Rev. ciênc. hum**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 61-66 jan./jun. 2006. Disponível em: < <http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/Humanas%202006%201/Pdf/5%BA%20art..pdf>>. Acesso em: 23 set. 2010.

SANTANA, Heron José de. Os Crimes contra a Fauna e a Filosofia Jurídica Ambiental. Anais do 6º Congresso Internacional do Meio Ambiente, São Paulo, 2002.

SIRVINSKAS, L. P. Direito ambiental, fauna, tráfico e extinção de animais silvestres. **Revista Jurídica**, São Paulo, v. 50, n. 298, ago. 2002.

STIFELMAN, Anelise Grehs . Alguns Aspectos Sobre a Fauna Silvestre na Lei dos Crimes Ambientais. Promotora de Justiça Titular da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Viamão RS. 2002. Disponível em: [http://www.amprs.org.br/arquivos/comunicacao\\_noticia/anelise1.pdf](http://www.amprs.org.br/arquivos/comunicacao_noticia/anelise1.pdf). Acesso em 13 de jul. 2010.

São Paulo. Tráfico de Animais da Fauna Silvestre Nacional. Governo do Estado de São Paulo Secretaria Estadual do Meio Ambiente Polícia Militar Ambiental. 2006. Disponível em: <[http://www.pea.org.br/educativo/relatorio\\_policia\\_ambiental.pdf](http://www.pea.org.br/educativo/relatorio_policia_ambiental.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2010.